

POLÍTICA ECONÔMICA ESTADO DE SÃO PAULO

Ministro quer bloqueio de repasses

O governo pretende aumentar a arrecadação anual em US\$ 16 bilhões, que serão destinados ao financiamento de gastos com saúde, educação, questão fundiária e em programa de combate à fome

GLEISE DE CASTRO
e BEATRIZ ABREU

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, anunciou ontem que proporá ao Congresso uma emenda constitucional para bloquear 15% das receitas federais, antes de repassar as parcelas devidas aos Estados e municípios. Quer também aumentar em 5% as alíquotas de todos os impostos federais, incluindo o Imposto de Renda das pessoas físicas. Com essas medidas, pretende obter receita anual, até 1995, de cerca de US\$ 16 bilhões para constituir a Reserva Social de Emergência. Esse será um fundo para financiar despesas nas áreas de saúde, educação, questão fundiária e programas de combate à fome e miséria.

A modificação é fundamental para o "gerenciamento das contas públicas" no próximo ano. "A votação da emenda prece- de a votação do Orçamento; se a emenda não for aprovada o governo ficará sem condições de executar o Orçamento do próximo ano", disse. A proposta de emenda constitucional será encaminhada ao Congresso na próxima semana.

"Em vez de cobrar só da sociedade, criamos desta vez um imposto interno, que o próprio governo pagará", disse Cardoso ao justificar o bloqueio de 15% das receitas federais. "Ninguém, nenhum setor, nenhum Estado ou município estará perdendo, porque os recursos voltarão na forma de financiamento de programas sociais",



explicou. Segundo o secretário de Orçamento Federal (SOF), Luis Carlos Nerosky, a Reserva Social de Emergência representará recursos da ordem de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a cerca de US\$ 16 bilhões. Deste total, US\$ 12 bilhões serão recursos que o governo deixará de repassar aos Estados e municípios (2,7% do PIB) e mais de US\$ 3 bilhões (0,8% do PIB) que serão arrecadados com a co-

brança da sobretaxa de 5% sobre as alíquotas dos impostos federais.

CARDOSO
GARANTE QUE
NINGUÉM
SAIRÁ
PERDENDO
COM O
BLOQUEIO

Repercussão — A eficácia do Plano FHC2 no combate à inflação, e na consequente estabilização da economia, vai depender do sucesso do ajuste fiscal pretendido e da credibilidade no governo Itamar para que toda a sociedade seja induzida a adotar a

moeda indexada, avaliam os economistas. Pode ser a saída, acreditam alguns, que há muito se tem procurado para resolver o caos econômico brasileiro.

Para o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, as atenções estão muito voltadas para a questão do novo indexador, que, a seu ver, é a parte secundária do plano. "A parte essencial é o ajuste fiscal", afirma. "Sem ele, não terão sucesso nem o uso da indexação nem o plano de estabilização. Apesar das resistências políticas, o ministro da Fazenda merece apoio para prosseguir nas medidas pretendidas, que podem ser a alternativa que se estava procurando



Cardoso: votação de emenda antes da avaliação do orçamento

para estabilizar a economia."

Sideval Aroni, presidente do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo: "O plano é menos arriscado do que uma prefixação, que estaria sujeita a muitos ataques especulativos. O mérito do plano de moeda indexada é o alinhamento dos preços relativos, componente fundamental para o processo de desindexação da economia. Mas, sem o ajuste fiscal, poderá ocorrer inflação até mesmo na nova moeda. E não há garantia de que o governo será bem-sucedido nas negociações sobre o plano no Congresso."

Luiz Carlos Bresser Pereira, ex-ministro da Fazenda: "É a melhor

saída para combater a inflação brasileira. É um plano que demonstra conhecer a natureza da inflação brasileira, a inércia, e que, portanto, dará conta de seu combate."

Carlos Antonio Luque, presidente da Ordem dos Economistas do Estado de São Paulo: "A profundidade do plano está estreitamente relacionada com o ajuste fiscal. Ou seja, depende da capacidade do governo de fazer esse ajuste. Não sou otimista. As chances de fazer esse ajuste são pequenas. Sem o ajuste, o Brasil vai acabar queimando as reservas cambiais, e a economia começará a produzir inflação na moeda nova."